

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ
SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS
Gabinete do Secretário
Rua Caetano Gonçalves, n.º 1151
CEP: 96400-040
sefir@bage.rs.gov.br

Memorando nº. 173/2023

Em 27 de setembro de 2023.

Para: Coordenadoria de Despesas

Assunto: Quebra de ordem cronológica

Prezada Coordenadora:

Vimos pelo presente solicitar a quebra da ordem cronológica de pagamentos tendo em vista a excepcionalidade aqui justificada.

A obrigatoriedade de observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações contratuais encontra previsão na Lei Federal 8666/93, conforme artigo 5º:

*“Art. 5º. Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, **obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de sua exigibilidade, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada**” grifo nosso.*

A ordem cronológica de pagamentos se impõe como medida restititiva de privilégios de credores na Administração Pública, contudo pela apreciação do artigo transcrito anteriormente, podemos observar que a própria Lei de Licitações ao tratar da impossibilidade de quebra da ordem cronológica permite que haja exceção a essa regra, desde que se façam presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa.

Atendendo o disposto no Art. 10, inciso VI § 1º, do Decreto Municipal nº 394, de 25/09/2023:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ
SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS
Gabinete do Secretário
Rua Caetano Gonçalves, n.º 1151
CEP: 96400-040
sefir@bage.rs.gov.br

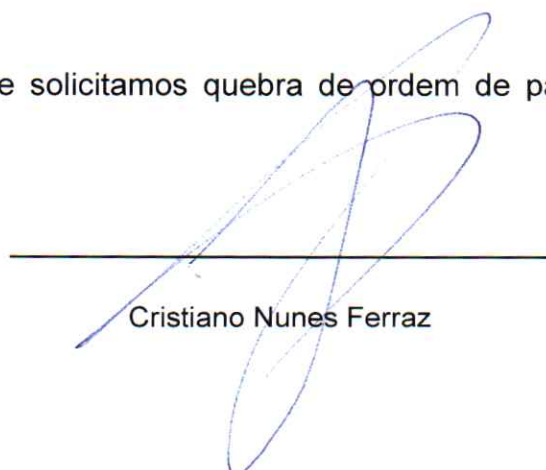
Atendendo o disposto no Art. 10, inciso VI § 1º, do Decreto Municipal nº 394, de 25/09/2023:

“§1º A suspensão da ordem cronológica prevista neste decreto, com o pagamento na forma diversa da aqui prevista, dependerá de prévia e formal justificativa do gestor da unidade da administração, devidamente pública no portal do Município na internet, assim como da comunicação da decisão ao controle interno.”

Considerando o empenho 11537/2023, em nome da empresa FAMURS FEDER DAS ASSOC DE MUNIC RGS, CNPJ: 88733811000142, referente ao pagamento de passagens aéreas e hospedagens da participação de comitiva integrar para desenvolver, em viagem oficial ao Vale Vêneto, na Itália, conforme Lei Municipal Nº 6582/2023, no período de 15/10/2023 a 28/10/2023 para o Sr. Prefeito Municipal Divaldo Lara, Secretário da SEFIR Cristiano Ferraz, Secretário da SDI Bayard Paschoa Pereira e Servidoras Dirce Helena A. Simas e Tatiana Salim.

Considerando que o pagamento da viagem que tem como objetivo a assinatura do Pacto de Gemellaggio com o a município italiano de Valdobbiadene, que congregará associações, escolas, entidades, empresas, entre outros, a fim de facilitar as trocas de experiências propostas no referido Ato entre os Municípios pactuantes deve ser depositado até a data aprazada, solicitamos o pagamento do referido empenho.

Justificamos e solicitamos quebra de ordem de pagamento do empenho em epígrafe.


Cristiano Nunes Ferraz